

RESENHAS

CONSEQÜÊNCIAS DO APARTHEID PARA UMA CIDADE

Jó Klanovicz¹

TOMLINSON, Richard; BEAUREGARD, Robert; BREMNER, Lindsay; MANGCU, Xolela (orgs.). *Emerging Johannesburg: perspectives on the pos-Apartheid city*. London: Routledge, 2006.

A evolução da cidade de Johannesburgo constitui um tema político e social. Como as transformações políticas da África do Sul nos últimos 15 anos – marcadamente, o fim do *apartheid* e a ascensão do Congresso Nacional Africano ao poder – mudou as feições da cidade? Como seria a Johannesburgo do futuro tendo por base tais transformações internas do país como um todo? O que a evolução dessa cidade em particular pode nos dizer a respeito da nova sociedade sul-africana?

Emerging Johannesburg contribui para o movimento intelectual *pós-apartheid* ao apresentar-se na forma de uma obra que separa perspectivas da cidade em dois campos distintos: as de ordem epistemológica e as de ordem social.

Falar de Johannesburgo como uma cidade pós-apartheid significa assumir que a era atual e sua sociedade são fundamentalmente opostas ao período em que vigorou o regime de segregação racial oficial. Essa polêmica está relacionada ao pós-modernismo de um modo geral. Uma concepção renovada de sociedade e uma reorientação das ciências sociais permanece em contraste com o rigor funcionalista do planejamento urbano e do zoneamento existente e vigoroso na época do *apartheid*. Em sentido semelhante, esse pós-modernismo foi construído contra a modernidade

¹ Doutor em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. e-mail: klanov@gmail.com

e o modernismo, como uma forma elementar do Iluminismo. Nesse livro, intelectuais sul-africanos – a maioria em oposição histórica à segregação durante o regime de *apartheid* – participam na crítica do que poderia ser chamado de inércia espacial, que reproduziu e aprofundou a segregação e a exclusão na maior porção dos residentes de Johannesburg ainda hoje, como uma cidade transformada numa metrópole global.

A pós-modernidade, assim como a *pós-apartheid*, é, por assim dizer, um fato estabelecido que, para ser estudado, carece de diversos métodos interpretativos. O livro, assim, é organizado de acordo com essa lógica, e favorece a abordagem multidisciplinar: historiadores, geógrafos, sociólogos, antropólogos e criminalistas, bem como especialistas em desenvolvimento, são seus contribuintes.

A obra, editada por Richard Tomlinson, Robert Beauregard, Lyndsay Bremner e Xolela Mangcu é composta de 15 artigos organizados em quatro seções: “Reorganizando o Espaço”, “Experiência da Mudança”, “Construindo Modelos de Governança e Instituições”, e “Representando”. Os títulos dessas quatro partes claramente indicam a vontade dos autores em descrever e analisar processos contemporâneos. Transformar uma cidade como Johannesburgo não significa apenas um desafio mas também uma luta diária e a participação de todos os autores na construção de um cabedal de interpretação das dinâmicas sociais e urbanas.

O trabalho nasceu em contexto específico, fruto de uma conferência que aproximou gestores de políticas públicas, práticos e especialistas em torno da questão dos “Futuros Urbanos”, co-organizada pela Universidade de Witwatersrand e pela cidade de Johannesburg, entre 10 e 14 de julho de 2000.

A pesquisa explora as transformações econômicas, políticas e sociais, bem como o peso das inércias espaciais inerentes ao *apartheid*. Muito da dinâmica analisada aqui, como os limites do desenvolvimento urbano, as vilas de segurança, a dualidade e a população da cidade, seu policentrismo e a decadência interior da urbe, vêm sendo confirmadas nos últimos três anos. O aspecto visionário do livro, dessa forma, surpreende.

Durante o *apartheid*, a cidade foi meticulosamente planejada, transformada, construída e reconstruída de acordo com os princípios da segregação social e racial. A única representação da cidade era uma representação branca. Em teoria, desde 1994 outras representações e concepções da cidade passaram a ser reconhecidas publicamente. Se a diversidade cultural é concebida verdadeiramente como um princípio fundamental na construção da nova nação da África do Sul, a pluralidade dos atores na cidade deveria então ser levada em conta no planejamento urbano. O livro, nesse sentido, descreve os caminhos trilhados na transição de um sistema para outro, com todos os seus obstáculos, reviravoltas e contradições. Um desenvolvimento urbano integrado e compacto foi, desde o começo, concebido como sendo o melhor modelo para reparar injustiças sociais ligadas ao *apartheid*. Mas como é possível transformar um modelo extremo de segregação num modelo compacto, ou implementar ideias utópicas ou generosas para construir uma cidade mais justa?

O primeiro estágio na construção da nova Johannesburgo foi a implantação de um governo local, resultante de negociações democráticas sobre como melhor construir uma cidade integrada. Os “cívicos”, associações urbanas, acabaram sendo atores essenciais no alargamento do poder das autoridades locais para incluir seus opositores e debatedores. Suas histórias foram geralmente relatadas com base na luta pelo reconhecimento dos direitos negros em oposição às famosas *black local authorities* (BLAs), apontadas oficialmente pelo regime do *apartheid*. Desde a década de 1980, boicotes contra taxas lançadas por cidadãos foram um meio de resistência social e política, especialmente fortes no *Soweto*. Novas instituições foram criadas para substituir as antigas do *apartheid*: uma Câmara Metropolitana Central de Witwatersrand foi criada na década de 1990 como o corpo de decisão do governo, com base no consenso. O conselho metropolitano da Grande Johannesburgo foi estabelecido em 1995, e, finalmente, a Cidade de Johannesburg em 2001.

O espaço democrático foi assim fortemente envolvido desde 1994 e Patrick Heller nos informa sobre a evolução e o papel dos

cívicos dentro desses atores. Ele critica a tese da morte dos cívicos defendida por vários analistas. De acordo com Heller, o foco sobre a governabilidade limita o conhecimento das ações cívicas e age sobre a sociedade civil como se eles promovessem ligações associativas mais horizontais do que verticais. Entretanto, ele concorda que as transformações em progresso em Johannesburgo, centradas no conservacionismo em matéria de taxas e no tecnicismo mais do que no desenvolvimento de uma democracia participativa desempenham um papel no desmantelamento da força civil como ponto central no entremeio dos atores durante a luta, em direção à periferia.

A despeito de sua marginalização política, essas organizações continuam a desempenhar um papel chave no desenvolvimento da cidadania. Heller explica que eles perderam parte de sua influência devido à centralização do poder. Essa centralização foi um movimento inicialmente positivo, visto que objetivou a construção de uma organização capaz de defender o direito dos pobres. Mas a Organização Cívica Nacional Sul-Africana – SANCO – estava comprometida tanto com uma aliança forte com ANC, o que fez com que ela perdesse o respaldo quando de protestos contra o novo governo.

O artigo de Jo Beall, Owen Crankshaw e Susan Parnell examina a diversidade social de distritos como Meadowlands, em Soweto, e a persistente dificuldade dos governos locais em satisfazer as necessidades locais (fortemente demandadas num contexto de estresse social e violência urbana), ambos fatores que levam à dissolução política.

Nesse sentido, a representação dos cidadãos mais pobres na nova África do Sul ainda é um tema primordial quando o assunto é a democratização do país. Para além das dificuldades relativas à reorganização político-administrativa, os problemas financeiros aparecem como maior desafio e como objeto de discórdia entre os grupos sociais. Por exemplo, os planos para a construção em larga escala de casas populares anunciada antes das eleições de 1994 (um milhão de casas) caíram no esquecimento enquanto que a segregação espacial não sofreu transformações: as residências

de famílias de baixa renda estão sendo construídas na periferia da periferia, fora das zonas mais urbanizadas e das áreas de emprego.

De acordo com Elizabeth Thomas, a epidemia de HIV/AIDS representa um ponto crucial no que tange à política urbana. “O HIV é um impedimento sério para os problemas de desenvolvimento que desafiam o país e suas cidades. Estima-se que mais de 287 mil pessoas vivam em Johannesburgo com o HIV, ou seja, 10,4% da população da cidade. A medida em que a cidade busca combater o problema com medidas de saúde pública, ela percebe que isso só não basta. O HIV tem repercussões específicas na política de habitação, para o oferecimento de serviços públicos, emprego, organização, integração política, crescimento de desigualdades econômicas, para o racismo, a pobreza e a reestruturação econômica.

As consequências da epidemia de AIDS, que são particularmente dramáticas nas comunidades mais pobres, são percebidas na distribuição de residências como também da educação, da economia, do acesso à saúde pública, e no alargamento dos índices de desemprego e pobreza. As residências mais pobres são afetadas pela AIDS. Soweto é a região mais infectada na área metropolitana. A infecção pelo HIV tem impacto direto sobre a poupança e tem colocado indivíduos e famílias em situação de ruína.

Há implicações imediatas para o governo local que podem ser identificadas e ligadas às políticas de habitação popular e ao oferecimento de serviços públicos. Um número significativo de práticas estratégicas tem sido lançado pelo poder municipal de Johannesburg, tais como o projeto iGoli 2010, mas Elizabeth Thomas pondera que “o governo tem sido muito lento na aplicação de políticas de habitação e ambientais” (p. 194). A realidade específica criada pela AIDS – mães solteiras, casas administradas por crianças, órfãos e doentes terminais – precisam ser levados em consideração. Isso faz com que a distribuição de casas populares e de serviços seja ainda mais complexa no contexto onde o direito à habitação é básico e garantido pela Constituição da África do Sul.

Para Jo Beall, Owen Crankshaw e Susan Parnell, a transição

da segregação racial para um espaço socialmente diferenciado, inerente à migração de residências e famílias negras ricas para subúrbios do norte da cidade, não se realizou total e satisfatoriamente, e a distribuição étnica permanece fortemente marcada por oposições raciais. As desigualdades econômicas no contexto da integração da economia da África do Sul à economia mundial tem sido reforçadas.

As transformações econômicas locais são parte inerente da marginalização de várias categorias de trabalhadores, proporcionalmente a seus níveis de escolarização e sua habilidade em encontrar emprego em setores competitivos da economia global. A reorganização espacial que inclui a reconversão econômica e a transferência da indústria do *Central Business District* (CBD) para o norte da cidade, a evolução das identidades, a construção de espaços democráticos e o desenho do espaço público são analisados por vários autores, privilegiando uma leitura do impacto das ações e das motivações de diversos atores urbanos.

Para André P. Czeglédy, o fim do *apartheid* não significou a abertura de bairros privilegiados em Johannesburgo. Ao contrário, enquanto o CBD ofereceu até a década de 1980 um centro urbano diversificado, funcional e dinâmico, o declínio econômico da área, acentuado nos anos 1990, jogou um papel nas estratégias de grupos ricos em direção ao norte da cidade. Ao mesmo tempo, apartaram-se dos outros modos de vida da cidade (especialmente negros e indianos). Investimentos privados tiveram lugar no norte da cidade, minando as reservas financeiras municipais, fazendo com que a municipalidade deixasse de dar toda atenção ao antigo centro urbano.

Esses fenômenos tiveram profundas consequências para a representação de Johannesburgo como uma cidade “real”. Em oposição ao centro, local que a municipalidade tinha de investir suas reservas na forma de constituição e manutenção de espaços públicos, os subúrbios do norte, desenvolvendo-se espontaneamente, seguindo o modelo de vila e de transporte somente para carros. Isso ocupou exponencialmente áreas com baixa aglomeração, criando uma arquitetura de “fortalezas” e alterando as políti-

cas de transporte público. Os habitantes dessas áreas tem algo em comum: eles se identificam com uma vizinha ou bairro em particular, mas rejeitam a identificação com outros espaços e até mesmo com a cidade de Johannesburgo.

Richard Tomlinson e Pauline Larsen descrevem e explanam a evolução dos distritos comerciais da cidade. Do ponto de vista de suas funções residenciais, Johannesburgo transformou-se de uma cidade concêntrica para uma cidade policentrica. Também, essa evolução espacial seguiu protocolos raciais e sociais.

Ulrich Jurgens, Martin Gnad e Jurgen Bahr, preocupados com o desenvolvimento de enclaves étnicos e sua qualificação como guetos. O distrito de Yeoville, como os distritos guetoizados negros das metrópoles norte-americanas, está localizado perto do centro da cidade. Um distrito multicultural nos anos 1980, tornou-se africano dentro de 15 anos. As disparidades raciais são sobrepostas às disparidades econômicas. Contudo, comparado a população negra da cidade como um todo, esse distrito é majoritariamente habitado por negros de classe média. Esse artigo também explora a difusão social do modelo da *gated community*: primeiro usada por pessoas de classe rica branca, transformam-se para acomodar africanos de classe média. Por exemplo nos bairros Forestdale e Santa Cruz, na periferia da cidade.

Para Anna Kesper, a indústria têxtil e de móveis representa uma solução potencial para o problema do desemprego persistente em Johannesburgo. A promoção desses setores, muito presentes no centro da cidade, poderiam ser cruciais para a redinamização do CBD. Nesse contexto de abertura econômica do país, o emprego formal num setor revitalizado poderia fazer do centro da cidade uma incubadora de companhias informais.

Ingrid Palmary, Janine Rauch e Graeme Simpson tecem conexões entre processos de transição e as circunstâncias de crimes violentos na cidade, considerada a capital do crime na África do Sul. Entre as principais vítimas na cidade estão as mulheres, os estrangeiros e os jovens. Todos esses grupos, frequentemente negligenciados em análises anteriores, recebem agora atenção. Todos eles também estão excluídos de oportunidades econômi-

cas e posições de poder. As autoras enfatizam haver um *link* direto entre o crescimento dos índices de violência e a degradação do contexto social: elas citam a pobreza e o desemprego, a exclusão social, especialmente dos jovens, a disfunção familiar, os conflitos parentais e a cultura da violência, fácil acesso a armamento, drogas e álcool, várias formas de opressão, bem como degradação ambiental e urbana.

Contudo, se a violência estava ligada ao *apartheid*, depois de 1994 ela passou a ser lida com relação ao crime, enquanto que as condições sociais não mudaram nada. Estudos quantitativos e qualitativos da violência e do crime em Johannesburgo mostram a grande vulnerabilidade das mulheres, especialmente as que não tem lar, duelando no centro da cidade. Práticas sexistas permanecem enraizadas na cultura, aceitas por muitos homens e mulheres de várias classes sociais, o que faz com que a luta contra a violência sexual seja difícil.

A violência xenofóbica contra imigrantes continua a existir, com operações comandadas por jovens contra os ilegais. Imigrantes na África do Sul ainda são uma válvula de escape para as frustrações do desemprego persistente e contra o oferecimento de serviços para pessoas desprovidas de acesso. Os mais jovens acabam sendo usados por mais velhos na constituição de grupos criminosos.

Graeme Gotz e Abdoumalig Simone pontuam a complexidade da governabilidade e da representação dos atores urbanos na África, no contexto de espaços não mais ligados a antigas identidades.

Emerging Johannesburg demonstra que a transformação urbana e a construção de uma sociedade mais igualitária não pode ser levada a cabo somente com base no liberalismo econômico. Só por meio de uma forte boa-vontade política, direcionada a considerar e negociar com novos atores urbanos, acompanhada de fortes investimentos econômicos que garantam acesso igual a bens e serviços pela maior parte da população excluída, e que revise o fundamentalismo das formas de vida da cidade, pode construir um projeto social baseado na inclusão social, na redução da crimi-

nalidade e na melhoria da qualidade de vida para os cidadãos e cidadãos. Essa lição é válida para Johannesburgo, mas também válida para cidades que enfrentam problemas similares da exclusão e dos desafios da inclusão.

Recebido em junho de 2008
Aprovado em setembro de 2008